

ACAFA

Nº 10 (2015) On-line

**MISERICÓRDIAS DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.
JUDEUS E CRISTÃOS-NOVOS NA SUA FUNDAÇÃO**

**Mercies of the Council of Idanha-a-Nova.
Jews and New Christians in his foundation**

António Maria Romeiro Carvalho



Vila Velha de Ródão, 2015

**MISERICÓRDIAS DO CONCELHO DE IDANHA-A-NOVA.
JUDEUS E CRISTÃOS-NOVOS NA SUA FUNDAÇÃO¹**

**Mercies of the Council of Idanha-a-Nova.
Jews and New Christians in his foundation**

António Maria Romeiro Carvalho²

Palavras-Chave: Misericórdia, Judeu, Cristão-Novo, Simbolismo.

Keywords: Mercy, Jew, New Christian, Symbolism.

Resumo

Os judeus estavam proibidos de se encontrar na sinagoga «sob as asas de Schekina», aquela que abre as suas asas protectoras, tal como a Senhora da Misericórdia ou Senhora do Manto. Por isso, não admira que muitos judeus e/ou cristãos-novos tenham aderido e ajudado a fundar Irmandades e Capelas da Misericórdia. Esta é uma convicção generalizada. O autor, a par do estudo sobre os anos de fundação, apresenta provas da actividade de judeus e/ou cristãos-novos na fundação de Irmandades e construção de Capelas da Misericórdia, caso das Misericórdias de Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha.

Abstract

Jews were forbidden to meet in the synagogue "under the wings of Schekina ", the one that opens its protective wings, such as the Lady of Mercy or Lady of the Mantle. So, no wonder that many Jews and / or New Christians have joined and helped to found Brotherhoods and Chapels of Mercy. This is a widespread conviction. The author, along with the study of the years since its founding, presents evidence of Jewish and / or New Christians activity in the foundation of Brotherhoods and the construction of Chapels of Mercy, such as the Mercies of Idanha-a-Nova and Idanha-a-Velha.

¹ Fotografia da capa: Capela da Misericórdia de Idanha-a-Nova, 2015, foto do autor.

² Investigador do IEDS da UNL. Professor de História.



Pietà, bandeira da Misericórdia, Idanha-a-Nova, 2015 (fotografia do autor). «LIVORE EJUS SANATI SUMUS»: Pela sua chaga somos curados.

Introdução

Muitas Misericórdias aparecem documentadas tardiamente, face à sua fundação. Com escreve Sá (2002), a maior parte dos documentos escritos, que referem as Misericórdias, provêm da Chancelaria Régia, que responde a solicitações locais. Ora, estas solicitações podem bem ter sido apresentadas muito depois da criação. Pelo que, conclui a autora, as Chancelarias Régias «só nos concedem a versão da coroa num diálogo que teve originariamente dois sentidos» (2002: 20). Acrescente-se que os documentos referentes ao reinado de D. Manuel só são conhecidos pela referência dos seus sucessores e não por eles próprios.

De 1557 a 1580, chegam à Chancelaria Régia dezenas de pedidos das Misericórdias das localidades mais pequenas. Mas também aqui se sabe, afirma Sá, «que muitas das novas confrarias não aparecem nesta documentação» (2002: 24). É o caso da Irmandade da Misericórdia de Monsanto.

No período compreendido entre 1640 e 1750 fundaram-se 77 Misericórdias, escrevem Araújo e Paiva (2007), a maioria delas nas Beiras, Estremadura e Alentejo e, quase todas em pequenas localidades. A fundação das Misericórdias, continuam os autores, encontra-se ligada a vários agentes e «intimamente associada a dinâmicas locais» (2007:8). Neste período, ainda, há Misericórdias que foram fundadas com autorização do bispo e só depois chegou a confirmação régia.

Face ao exposto, é nossa convicção:

(i) que, não todas, mas muitas, com certeza a maioria das Misericórdias, não só não pediu autorização para a fundação, como pediu apenas a sua confirmação; mais, esta foi pedida tardiamente, ou quando tal se tornasse inadiável, ou útil ou indispensável. É característica da cultura portuguesa a fuga à Autoridade (central), seja ela político-legal, seja ela económico-financeira;

(ii) que, longe de Lisboa, as Misericórdias da Beira Interior, especificamente as do Concelho de Idanha-a-Nova, teriam muitas possibilidades de levar a cabo a sua actividade de forma despercebida aos olhos reais, principalmente se não houvesse qualquer *estrondo mediático* que obrigasse à intervenção da Autoridade;

(iii) que, para isto, contribuiu o espírito regionalista das Irmandades da Misericórdia e o apego à sua individualidade;

(iv) que a criação *ab initio* só existe nas cosmogonias, tipo «no princípio, criou deus o céu e a terra. A terra era informe e vazia, e o espírito de deus pairava sobre as águas» (Gn 1,1). Embora Carvalho (2008) apresente as Soalheiras (Rosmaninhal) como exemplo de povoado construído *ab initio*, isto é, de raiz, a verdade é que, como constatámos no local, antes da mudança dos Alares para aqui, em virtude da «guerra entre povos», Rosmaninhal contra Alares, Cobeira e Cegonhas, na década de 1920, os habitantes de Alares já haviam comprado estes terrenos, a que denominaram «Raiz», e já lá havia choças e habitantes quando os últimos, em maior número, se mudaram. Criação é um vocábulo igualmente associado à fundação ou criação real, caso

de Odivelas de D. Dinis, caso da Misericórdia de Lisboa pela Rainha D. Leonor. Por isso, se prefere fundação, mesmo instituição, a criação.

Por tudo isto, a primeira referência escrita a uma Misericórdia, tão do agrado dos historiadores, que possa provar a sua fundação, se conseguiu vencer os tempos e os homens, e se essa Misericórdia contou com o interesse de alguém, ontem ou hoje, em relatar esse facto, a primeira referência escrita, dizemos, estará dependente de um caso mediático, da necessidade de intervenção real ou regional ou semelhante. Caso não exista referência escrita, e colocando a fonte documental como determinante da datação da fundação da Misericórdia, ter-se-á de ficar pelo «a primeira referência escrita encontrada ...» Acrescente-se o que diz Carvalho: «só encontra quem procura e procura com a firme convicção que vai encontrar» (2015: 15).

Procure-se, pois, algo pré-existente à Misericórdia que ajude e até justifique a sua fundação sabendo-se que, não havendo prova documental, não significa a inexistência da Misericórdia. Talvez, muito simplesmente, os Mesários, os Irmãos e a população tudo fizeram e desejaram para que passasse despercebida, aos olhos da Autoridade, a sua existência. Serve o que, a propósito da Irmandade da Misericórdia do Ladoeiro, escreve Paiva: «até ao presente, esta instituição nunca foi referida nas obras clássicas sobre misericórdias, mas seguramente existiu, como se apura através destes dois documentos» (2006: 521).

1. Judeus e Cristãos-Novos na fundação das Misericórdias

O movimento de fundação das Misericórdias, depois que foram fundadas as primeiras, que tiveram empenho real, passou a ser fomentado a partir do empenho local quer do grupo social nobre, ou dos estratos sociais mais elevados, caso dos grandes proprietários e ricos lavradores, quer do povo anónimo, quer dos judeus e cristãos-novos.

As igrejas ou capelas da Misericórdia, escreve Santo (1988), datam quase todas da época renascentista. A Misericórdia, continua o autor, «é um arquétipo judaico, a outra face do deus dos semitas vingativo e justiceiro. O Deus de Israel caracteriza-se por ser Misericórdia [...] A Misericórdia-Schekina é imaginada como uma pomba ou uma águia que estende as asas protectoras» (1988: 51-52). O emblema das misericórdias portuguesas é mesmo uma mulher que abre as abas do seu manto quais asas. Estando os judeus proibidos, continua o autor, de se encontrarem na sinagoga «sob as asas de Schekina», não admira que muitos judeus tenham aderido e ajudado a fundar irmandades como as da Misericórdia e a das Almas.

Houve, na verdade, muitos cristãos-novos no Concelho. Provam-no as denúncias contra eles do Ladoeiro, referido por Carvalho (2015), em 1629, 1715, 1728, 1752 a 1756, as denúncias apresentadas por Salvado (1992), ou as apresentadas por Garcia (1996). A título de exemplo, em 1611-1612, Garcia (1996) apresenta 35 cristãos-novos denunciados, todos pelo médico Luís Porto e sua mulher, em Idanha-a-Nova. Mais à frente, a autora apresenta uma afirmação contemporânea: «todas as pessoas da nação do lugar do Fundão, são judeus» (1996: 116).

É convicção de Santo (1988) que os cristãos-novos, em todo o País, e na Beira Interior, deram grandes somas às Misericórdias e entraram nelas como Irmãos e alguns chegaram, mesmo, à Mesa da Irmandade. Era uma forma de duplamente se protegerem mostrando a todos que eram caridosos, uma qualidade muito apreciada na aldeia e na cultura portuguesa. Em segundo lugar, ostentar o título de Irmão era um facto com grande prestígio social. Para Medelim, e seguindo Santo, Salvado (2001) tem a mesma convicção. Contudo, não há provas documentais destas dádivas, mas outras provas mostram que ocuparam cargos na Irmandade da Misericórdia e que, no geral, não eram bem-quistos.

Os cristãos-novos, escreve Abreu (2001) eram excluídos dos órgãos de gestão e da participação nos actos públicos desta, mas «gozavam das demais regalias materiais e espirituais que as confrarias ofereciam» (2001: 53). Aliás, a autora afirma que a expressa ordem, no Compromisso de 1629, de não serem aceites cristãos-novos, pode revelar uma prática anterior contrária. Isto é, pode revelar uma prática que a lei vem regulamentar. Pode igualmente significar que, afinal, alguns cristãos-novos, caridosos, até seriam bem-quistos pela generalidade da população. Pode ter sido o caso de Pedro Afonso Paiva, à frente referido, que era escrivão (secretário?) da Misericórdia de Idanha-a-Nova, em 1630.

Seja como for, o facto de não haver provas, como já escrevemos, não quer dizer que não existam, apenas e só que não foram encontradas. Pode até ter acontecido que as dádivas não eram registadas, por segurança da Mesa face ao Compromisso e à lei, mas serem elas conhecidas por todos os Irmãos e por muitos dos habitantes do povoado.

É nossa hipótese, mais do que forte convicção, que os cristãos-novos não só contribuíram para as Misericórdias do Concelho de Idanha-a-Nova, como tiveram lugares na Mesa e/ou forte influência nelas. Mais que, de forma não declarada, isto é, não às claras, estiveram na base, foram motor, da fundação das ou de algumas das Misericórdias da Raia Centro e da construção das suas capelas.

2. As Misericórdias do Concelho e as referências existentes à sua fundação

2.1. Alcafozes

Possuía, seguramente, uma Misericórdia em finais de 1741. Prova-o o alvará régio, de 12 de Abril deste ano. Este alvará confirmava o Compromisso da Irmandade e concedia-lhe os mesmos privilégios e isenções de que gozavam as restantes congéneres do Reino.

Na *Memória Paroquial* (1758), pode ler-se:

«Tem Caza de Mizericordia. A Sua origem he muito antiga. Segundo consta dos livros, se acha aprovada com provizam de Sua Magestade novamente passada no anno de 1741, digo, no anno de mil e setecentos e quarenta, e hum a doze de Abril do ditto anno contados os despachos e Requezitos necessários. Terá de Rendimentos em cada hum anno huns por outros doze,

ate quinze mil Reis, na mesma Caza esta a imagem se Sam Marcos, e de Sam Lucas, e a de Nossa Senhora.»

1741 é a data de fundação apresentada pela UMP - União das Misericórdias Portuguesas (2015).

Porém, se o pároco que assinou a Memória Paroquial escreveu a verdade, «a sua origem é muito antiga», terá de ser anterior a 1741, pois 17 anos (1758 a 1741) é pouco tempo para que uma irmandade seja considerada «muito antiga».

2.2. Idanha-a-Nova

Não se sabe quando foi fundada a Misericórdia de Idanha-a-Nova. O documento mais antigo descoberto a mencioná-la, escreve Paiva (2006), é um alvará régio, de 24 de Maio de 1630. Neste alvará se ordena a Pedro Afonso de Paiva que deixe de ocupar os cargos de escrivão da Misericórdia e de mordomo da Confraria do Santíssimo Sacramento, visto ser cristão-novo, e tais funções estarem interditas a cristãos-novos. Deve-se salientar que, de acordo com a tradição local, continua o autor, há a noção de que ela foi criada em 1530, ano que consta na UMP (2015). Não se encontram dados que o possam confirmar. Contudo, é admissível que a Misericórdia de Idanha-a-Nova tenha sido fundada algumas décadas antes de 1630.

Carvalho (1708) escreve que Idanha-a-Nova tem casa de Misericórdia e hospital.

Na *Memória Paroquial* (1758) pode ler-se: «Tem Hospital, que administra a MizeriCordia pellas suas Rendas [...] Tem Mizericordia, Cuja origem por antiga Não Consta, tem de Renda duzentos, sincoenta Mil Reis».



Figura 1. Fotografia e desenho da inscrição existente no chão da capela da Misericórdia de Idanha-a-Nova. Foto e desenho do autor. 2015.

Na Capela da Misericórdia, à direita, a dois metros da entrada, está rasgada numa pedra tumular uma inscrição em hebraico (Figura 1). Santo (2015) propõe a seguinte leitura:

KK, lê-se *câcã* e significa «como», «tal como», «assim como», «uma vez que é».

Letras **Shin**, que se lê *she, xe*; **Ain**, que se lê *ô*; **Guimel**, que se lê *g*. Da direita para esquerda, lemos *gôs*, que significa «pedaço de terra», «crosta de terra», «torrão».

K, lê-se *câ* e significa «assim», «tal qual», «de facto».

Por fim, pode ler-se a mensagem: «uma vez que é crosta da terra, assim está»; «como uma crosta de terra, assim está».

A base desta mensagem terá sido retirada de «Vermes e 'crostas de terra' (*gôx*) cobrem a minha carne; a minha pele greta e apodrece» (Job 7,5).

Não oferece dúvida: está aqui enterrado um judeu ou cristão-novo.

2.3. Idanha-a-Velha

A prova documental mais remota, e actualmente conhecida, referente à Misericórdia de Idanha-a-Velha, escreve Paiva (2007), surge na *Corografia Portuguesa*, do padre António Carvalho da Costa, datada de 1708. O prestígio da localidade, que chegou a ser sede de diocese, e a existência de muitas misericórdias na região, fazem admitir que a sua fundação pode ter ocorrido em época bem anterior, ainda no século XVI, mas disso não se conseguiram provas documentais. O espólio que resta desta instituição, e que está conservado na Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Idanha-a-Nova, é um único livro com as datas limite entre 1850 e 1875.

Na *Memória Paroquial* (1758) pode ler-se: «Tem Casa de Misericórdia. Ignora-se a Sua Origem tem de Renda doze alqueires». Contudo, a igreja da Misericórdia é mais antiga, como será a Irmandade, como se mostra através da análise simbólica do portal de entrada da igreja, que apresentamos (Figura 2).

A igreja da Misericórdia de Idanha-a-Velha está isolada e em lugar de destaque. Tem planta rectangular e é de uma só nave. Tem a capela-mor elevada e rodeada de uma bancada que, à semelhança de muitas outras capelas da Misericórdia, era o local onde os Irmãos assistiam aos actos litúrgicos. Data do século XVII. O púlpito datará do século XVIII.

Tem adossada uma torre sineira que datará, igualmente, do século XVIII. Na parte inferior desta torre encontra-se a pia baptismal. A sacristia situa-se a nascente. A igreja teve obras em 2000.

A entrada é precedida de um patamar e seis degraus. Tem centrada uma porta com arco de volta perfeita encimada por um pequeno nicho. As pilastras e a arquivolta estão decoradas, escreve Cristóvão, seguindo autores anteriores, «com elementos geométricos e vegetalistas delimitados por molduras, numa representação popular e rústica de motivos renascentistas». A pedra de fecho da arquivolta, continua o autor, é «uma cruz de tau envolvida por seis contas» (2008, p. 10).

Há mais de três séculos que este pórtico nos contempla e guarda os seus segredos (Figura 2). Tentemos chegar a eles. Debrucemo-nos sobre os

números e, depois, sobre os desenhos e letras; por fim, a conclusão ou apreciação geral.

O número dominante é o 6. Seis (3 + 3) são os «X» individualizados nas duas colunas. Seis (3 + 3) são os símbolos nas duas primeiras pedras das pilastras. Seis são os raios dos círculos, que são dez (5 + 5). Seis (3 + 3) são as estrelas, ou rosas, que ladeiam a letra «Tau», inscritas na pedra de fecho do arco. O número 6 é o número do Hexâmetro Bíblico, escrevem Chevalier e Gheerbrant, e é «o número da criação, o número mediador entre o Princípio e a manifestação». Seis dias demorara a Criação (1982, p. 591).



Figura 2. Portal da entrada da igreja da Misericórdia de Idanha-a-Velha e pormenor do «Tau». Fotos do autor. 2015.

O 6 apresenta-se, aqui, como o resultado de $3 + 3$. O número 3, diz Carvalho (2003), é número perfeito, pois se ouve «três é o número que Deus fez»; é a expressão perfeita, é o acabamento, mas não o acabamento final, antes a pedra sobre a qual se ergue e assenta a construção, o templo. Chevalier e Gheerbrant afirmam que o 3 «exprime uma ordem intelectual e espiritual em Deus, no cosmos ou no homem» (1982: 654). A Cabala, continuam os autores, privilegiou o ternário. Tudo «provém através do três, que não é mais do que um». Três é: 1, sujeito da acção; 2, o seu verbo; 3, o objecto da acção. «Estes três termos são inseparáveis e precisam uns dos outros» (1982: 656).

Mas os quadrados, no total, são 8. Oito, afirmam Chevalier e Gheerbrant, «é, universalmente o número do equilíbrio cósmico» e da Justiça (1982: 483).

No arco está presente o número 10 resultante de $5 + 5$. Para Chevalier e Gheerbrant, cinco é o «número das hierogamias, o casamento do princípio celeste (3) e do princípio terrestre da mãe (2) [representa] a totalidade do mundo sensível» (1982: 196).

O número 10, escrevem Chevalier e Gheerbrant, é, para os Pitagóricos, «o símbolo da criação universal». O 10 aparece no Decálogo, «que simboliza o conjunto da lei em dez mandamentos que se resumem num só». Para os chineses, o 10 não é mais que $5 + 5$ ou 5×2 (1982, p. 262).

Este arco de dez pedras está fechado por uma 11ª pedra. Onze, afirmam Chevalier e Gheerbrant, é a conjugação do 5 e 6, «que são o microcosmos, ou o Céu e a Terra [...]. É o número do **Tau**» (1982, p. 489). Onze é o número do Tau, é a 11ª pedra, e é a pedra que fecha o arco. Não há, pois, coincidência,

antes manifesta intencionalidade por parte de quem construiu o arco e, talvez, a igreja da Misericórdia de Idanha-a-Velha.

«Tau» é a última letra do alfabeto hebraico, corresponde ao «T» latino e no alfabeto hebraico antigo tem a forma de «X». O «Tau», lê-se no portal dos Franciscanos «é a mais antiga grafia em forma de cruz. Na Bíblia é usado como acto de assinalar. Marcar com um sinal é muito familiar na Bíblia. [...]. O TAU é selo de Deus; significa estar sob o domínio do Senhor, é a garantia de ser reconhecido por Ele e ter a sua protecção» (2015: 1).

Há oito quadrados com um «X», ou cruz, ou cruz «Tau», inscrito. Do mistério da figura quadrada, escreve Melo (1724), «se lê expressamente no *Apocalypse: civitas quadrangularis jacet*; demonstrando-se pelo quadro a perpetuidade daquela santa Cidade de Jerusalem triunfante» (1724: 175). O quadrado, escrevem Chevalier e Gheerbrant, «implica uma ideia de estagnação; até mesmo a estabilização na perfeição; é o caso de Jerusalém celeste [...]. Os Hebreus faziam do Tetagrama o Nome impronunciável da Divindade (JHVL) [...]. A cruz no quadrado é a expressão dinâmica do quaternário». Entendendo por quaternário os quatro primeiros números (1, 2, 3, 4) em progressão aritmética. A sua soma é a Década, «símbolo de perfeição e chave do universo. O Quaternário é o número sagrado deste mundo, da terra dos homens» (1982: 548 e 553).

O outro símbolo geométrico é o círculo e são dez. O círculo e o quadrado dizem Chevalier e Gheerbrant, «simbolizam dois aspectos fundamentais de Deus: a unidade e a manifestação divina. O círculo exprime o celeste, o quadrado exprime o terrestre, não enquanto oposto ao celeste, mas sim

enquanto criado» (1982: 550). O círculo é o formato dos espaços celestiais; o quadrado dos espaços terrestres.

As duas pedras onde assentam as pilastras têm esculpidas, cada, um quadrado com um «X» inscrito e um «Y» por cima e um «Y» invertido por baixo. Cremos tratar-se do **Yod**, a primeira letra de YHVH. Diz o Zohar que «escapa-se uma corrente em turbilhão, que é *yod* [...]. Depois Ele formou um pequeno vaso do tamanho da letra *yod*, que encheu Dele, e chamou-lhe a Fonte-de-onde-corre-a-Sabedoria» (1984: 79-80). Assim, este «Y» simboliza a força criadora, redentora, e em turbilhão, de Deus e a Sua imensa sabedoria. Invertido, significará o contrário: a insensatez, a destruição e a morte.

O que são os seis raios? Cremos que nos seis círculos estão inscritas seis estrelas de seis raios ou seis pontas. Ora, a estrela de seis pontas é sagrada para os Judeus. É o seu emblema, mas construída através de dois triângulos invertidos e entrelaçados. É o selo de Salomão, simbolizando, escrevem Chevalier e Gheerbrant, «o abraço do espírito e da matéria, dos princípios activo e passivo, o ritmo do seu dinamismo, a lei da evolução e da involução» (1982: 308). Neste portal não aparece o selo de Salomão, ou estrela de David, como é uso, nem poderia aparecer, pois colocá-lo num templo católico seria expor-se aos olhos da Inquisição e aos braços da Morte. Mas são dez estrelas de seis pontas.

Seis pétalas têm as seis flores que ladeiam o «Tau». Cremos que estas flores são rosas. Simbolicamente, as rosas estão em relação com o sangue derramado, com feridas, com chagas, com as cicatrizes sendo, muitas vezes,

como escrevem Chevalier e Gheerbrant (1982), o símbolo de um renascimento místico, de regeneração.

A única vez que aparece o «Tau» na Bíblia é: «e disse-lhe o Senhor: passa pelo meio da cidade, pelo meio de Jerusalém, e marca com um «Tau» as testas dos homens que suspiram e que gemem por causa de todas as abominações que se cometem no meio dela» (Ez 9,4). Estes, marcados, foram salvos; todos os outros, homens, mulheres e crianças foram mortos. O Apocalipse continua esta deia de marcação dos justos que são salvos, contra os restantes, que são mortos (Ap 7, 2-4; 9,4; 14,1).

Em jeito de conclusão, e começando debaixo para cima, apresentamos o que nos parece dizer, em duplicado, o pórtico da igreja da Misericórdia de Idanha-a-Velha. Jerusalém foi destruída, foi morta, desapareceu da face da Terra. Mas Deus, O-Todo-Poderoso, ressuscitou, regenerou Jerusalém e a Nova Jerusalém foi criada e apareceu. A Nova Jerusalém se fixou na Terra por graça de Deus. Esta Nova Jerusalém se tornou na coluna, no regaço que acolhe todo o povo judeu, o povo de Deus.

Sobre estas colunas, o poder de Deus e a Nova Jerusalém, confia o povo judeu na sua peregrinação feita de sacrifício e dor. Nestas duas colunas reside a sua esperança de redenção, de salvação, do sarar das profundas feridas que esta peregrinação tem provocado. Uma certeza alegra o coração do povo judeu: o dia da libertação e do juízo vai chegar; vai chegar o dia em que Deus diz ao Seu anjo vingador: «vai e marca com o sinal da cruz «Tau» a testa dos justos, daqueles que choram e clamam contra a injustiça e o mal; estes serão salvos e suas chagas sararão; todos os outros, homens mulheres ou crianças,

feri-os de morte; não os poupeis, não vos compadeçais». Será restabelecida a ordem universal e a Jerusalém terrestre se unirá à Jerusalém celeste.

Creemos poder afirmar que foram judeus, cristãos-novos, que construíram, ou dirigiram, a construção deste pórtico e, provavelmente, desta igreja, nele colocando as suas crenças.

2.4. Ladoeiro

A Misericórdia do Ladoeiro, à época também chamado Esporão, foi fundada em 1581. Paiva (2006) afirma que já existia em Dezembro de 1581. Isto porque, no dia 21 desse mês, um alvará régio de Filipe I autorizava a Irmandade a vender as ervagens do Concelho. Este direito, continua o autor, foi cedido por um período de quatro anos e destinava-se a financiar, pelo menos em parte, a construção da casa da Irmandade, isto é, a capela da Misericórdia, hoje ainda de pé.

Em 1588 estas obras ainda decorriam. De facto, no dia 10 de Maio deste mesmo ano, Filipe I volta a autorizar a Misericórdia do Ladoeiro a vender as ervagens do Concelho, nos quatro anos seguintes, num valor de 20 mil réis por ano. Quer isto dizer que, durante oito anos, as ervagens do Concelho do Lugar do Ladoeiro não foram vendidas pela Câmara, ficando esta sem aquelas verbas.

Na *Memória Paroquial* (1758), pode ler-se: «Ao duodecimo se responde que tem este lugar Caza de Misericordia e não tem titulos por onde Conste de sua origem tem de Renda Cada anno trinta mil Reis».

2.5. Medelim

Na *Memória Paroquial* (1758), pode ler-se: «Tem caza da Mizericordia munto incapas e nam se sabe qual foi a sua origem por ser antiga, tem de renda em cada hum anno (Co)renta mil reis de frutos, e foros».

Como mostrou Salvado (1994), a datação do acto fundador da Misericórdia de Medelim, está “envolta em névoa”. Continuando a seguir o que foi exposto pela autora, o padre António Carvalho da Costa não a refere na sua *Corografia*, publicada entre 1706 e 1712, e nas *Memórias Paroquiais* de Medelim, ano de 1758, já o seu pároco declarava não ser possível datá-la “por ser antiga”.

O vestígio documental mais antigo identificado por Salvado (2002), e que comprova a existência da Misericórdia de Medelim, encontra-se num registo de Livro dos Óbitos, conservado na Torre do Tombo, com data de 3 de Maio de 1742. Ai se lê que o defunto Manuel Marques fez um testamento onde se fala da Misericórdia. Assim, a Misericórdia de Medelim existe em 1742, sendo possível que já existisse há bem mais tempo.

A UMP (2015) regista também o ano de 1742. Contudo, repetimos o que ficou dito para Alcafozes: se o pároco escreveu a verdade, em 1758, 16 anos é

muito pouco tempo para a Irmandade ser «antiga». A fundação terá de ser muito anterior a 1742.

2.6. Monsanto

Carvalho da Costa (1708) escreve que Monsanto tem casa de Misericórdia.

É tradição local que a Misericórdia de Monsanto foi fundada por volta de 1500, ano afirmado pela UMP. (2015). Não é possível, escreve Paiva (2006), confirmar essa conjectura. O espólio actualmente existente na instituição só tem documentação do século XIX em diante e, apesar da igreja da Misericórdia ser “muito antiga”, continua o autor, nada permite datá-la de inícios do século XVI.

Conseguiu-se apurar que esta Misericórdia já existiria no período filipino. O primeiro documento encontrado nas chancelarias régias, escreve Paiva (2006), a mencionar esta misericórdia beirã, é um alvará de D. Filipe I, datado de 13 de Maio de 1581. Nele a Irmandade de Monsanto é autorizada a fazer uso dos privilégios concedidos às outras misericórdias do Reino.

Na *Memória Paroquial* (1758) pode ler-se: «Tem hospital, administrado pelo Provedor da Mizericordia q(ue) esta unida. Não se sabe a renda q(ue) tem | não Sendo pouca | porq(ue) há anos Se não dão Contas, nem tem Livro».

2.7. Penha Garcia e Zebreira

A primeira, e única, notícia que atesta a existência das Misericórdia de Penha Garcia e da Zebreira, surge também na *Corografia Portuguesa*, de António Carvalho da Costa, publicada em 1708. Ao presente, escreve Paiva (2007), encontra-se extinta e não há referências que indiquem o paradeiro de documentação que tenha produzido.

Ainda que referida na *Corografia Portuguesa*, cremos que é duvidosa a sua existência, pois não há resíduo toponímico, tipo Rua, Largo, Travessa da Misericórdia, ruínas do templo ou referência ao local da capela. Aliás, a Misericórdia de Medelim e do Ladoeiro, à época, já existiam e não são aí referidas. A *Corografia Portuguesa* não é, pois, de inteira confiança. A confirmar, nas *Memórias Paroquiais* (1758) lê-se que Penha Garcia não tem Casa da Misericórdia: «Nada». Quanto à Zebreira, lê-se: «Deste o mesmo» [isto é] «Deste interrogatório nada há que se relate».

2.8. Proença-a-Velha

Não se sabe também quando foi criada a Misericórdia de Proença-a-Velha. A tradição local, também aqui, pretende que tenha sido fundada em 1500. Esta é a data indicada quer no portal da Irmandade, quer na Wikipedia, quer no portal da UMP, quer em várias referências, caso de Geraldês (2004), que escreve: «A Irmandade, fundada no já longínquo ano de 1500, e uma das mais antigas do país, criada apenas dois anos depois, à de Lisboa, que foi instituída pela

Rainha D. Leonor ...» (2004: 187). Ninguém aponta como chegou ao ano de 1500.



Figura 3. Porta lateral da capelada Misericórdia de Proença-a-Velha. Foto do autor, 2015.

Escreve-se, diz Paiva (2006), que terá sido erguida nos séculos XV ou XVI, muito possivelmente sobre uma edificação anterior, um "hospital" ou hospedaria, para peregrinos a caminho para Santiago de Compostela. O ano de 1500 é o indicado por Goodolphim (1897) para a sua fundação e atribui-lhe um hospital. É também sabido que na localidade vizinha de Proença-a-Nova, afirma Paiva, «existe comprovadamente uma Misericórdia desde, pelo menos, 1513, pelo que seria de admitir que aqui também pudesse ter existido uma Misericórdia já no reinado de D. Manuel I. Mas tudo isso, no entanto, não pode passar do plano da conjectura» (2006, p. 268). Não se pode fazer este raciocínio, pois as duas Proenças não ficam próximas, senão no nome. Idanha-a-Nova e Ladoeiro, por exemplo, ficam bem mais próximas, a 12 e 24 km, e também têm Misericórdia.

O primeiro documento actualmente identificado a garantir a existência da Misericórdia de Proença-a-Velha, escreve Paiva (2006), é um alvará régio, de 6 de Agosto de 1618. Este alvará autoriza os oficiais da Câmara local a dar 20 mil réis à Irmandade, por um período de três anos, atendendo à pobreza da Casa.

Pode-se pois afirmar com toda a segurança que a instituição já existia em 1618, sendo muito provável que a sua efectiva fundação remontasse a anos anteriores. As dificuldades financeiras, referidas no alvará de 1618, não impediram que a Misericórdia de Proença-a-Velha continuasse com a sua obra, como prova o facto de ainda se encontrar em funcionamento no início do século XVIII.

Carvalho da Costa (1708) escreve que Proença-a-Velha tem casa de Misericórdia.

Na *Memória Paroquial* (1758) pode ler-se: «Tem es (?) terra huma Caza Chamada Hospital aonde Se recolhem alguns passageiros sem renda alguma [...] Tem Caza de misericordia, e não Consta da Sua origem, e terá vinte mil reis de renda todos os anos pouco mais ou menos».

O documento escrito mais antigo existente na Misericórdia é de 1866, como escreve Geraldès (2004), o Compromisso desse ano. Para além dele, mais alguns livros de actas e documentos avulsos, diz o autor, de tempos mais recentes.

2.9. Rosmaninhal

Segundo a tradição local, ainda existente no Rosmaninhal, escreve Paiva (2006), a Misericórdia teria sido instituída em 1582, por iniciativa de alguns habitantes, e confirmada, neste ano, por bula de Gregório XIII. Esta informação contém, evidentemente, erros de interpretação. Embora se aceite que possa ter sido fundada em 1582, continua o autor, não o foi através de nenhuma bula papal, pois as Misericórdias portuguesas nunca tiveram essa origem, sendo antes da imediata protecção régia.

As Memórias Paroquiais (1758) dizem:

«Nam tem Hospital.

«Tem Caza de Misericordia, a sua origem foi o zelo, e a piedade dos fieis vezinhos por Bula --- no anno de Mil, e quinhentos, e oitenta e dois. Tem

alguma Renda de terras, que lhe tem Deixado a piedade dos Irmans, que pode chegar cada anno asa oito mil reis, e tem Mais duas cazas con Contiguas, em que – algum enfermo – o poderem Remeter para a Mizericordia de Castello Branco».

Todavia, diz Paiva (2006), o ano de 1582 pode estar próximo da realidade, pois a fachada da capela aponta para uma edificação na segunda metade de quinhentos. Em conformidade, escreve Paiva (2006), é de aceitar que a Misericórdia de Rosmaninhal já existia antes de 1600, e estava em funcionamento no período filipino. No seu espólio documental só restam textos posteriores a 1855. O ano de 1913 é o que consta na UMP, mas é, certamente, o ano da sua refundação.

2.10. Salvaterra do Extremo

A Misericórdia de Salvaterra do Extremo, escreve Paiva (2006), foi criada por alvará régio, com data de 3 de Julho de 1586, o ano apontado pela UMP (2015). A nova Santa Casa ficava responsável por todas as obrigações que antes eram da competência da confraria do Espírito Santo desta mesma povoação.

Pinho (2012) afirma que a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra do Extremo se instalou no hospital da Confraria do Espírito Santo, o que diz que a Irmandade é mais antiga que a capela da Misericórdia.

Oliveira afirma que a Irmandade da Misericórdia de Salvaterra do Extremo (da Beira, à altura) foi construída, «possivelmente no ano de 1505» (2004). No entanto, não apresenta prova ou convicção que o confirme. O mesmo escrevem Rodrigues e Moreira (2013).

Carvalho (1708) escreve que Salvaterra do Extremo tem casa de Misericórdia e hospital.

Na *Memória Paroquial* (1758), pode ler-se: «Tem hospital q(ue) he administrado por hum Religioso de Sam Juam de Deus, e a este se chama Prior do ditto hospital Tendo por Companhia outro Religioso para melhor poderem exercitar com os Soldados enfermos as obras de caridade pagando-se por Sua Magestade o gasto que nelle se faz [...] a Cura dos enfermos e Sustento dos Religiosos [...] se paga de renda todos os annos dezoito mil reis [...] Há também Caza da misericordia, porem com pouco aceyo, e ornato por falta de rendas de Sorte, que e preciso que os Provedores, que servem Cada hum anno Satisfação com o Seos bens as despezas da ditta Caza, e por esta cauza muitos anos não tem Provedor [...] não Consta da sua origem.

Rodrigues e Moreira (2013) dizem que a Igreja da Misericórdia começou a construir-se em 1505, o ano também do início da construção do hospital da Misericórdia.

Os envelopes de correio actuais têm, numa ferradura circundando o emblema, e nela está escrito, certamente, por engano: «Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra do Extremo Séc. XV».

2.11. Segura

A Misericórdia de Segura, é anterior a 1600, escreve Paiva (2006), pois que, a julgar pelo edifício da sua igreja, deve ser quinhentista. Não se conhecem, no entanto, outros elementos que possam confirmar este juízo, pois a Misericórdia só possui documentação posterior a 1870, e não se conhecem registos de chancelaria régia ou outras notícias que a refiram a instituição antes de 1600.

Carvalho (1708) escreve que Segura tem casa de Misericórdia e hospital.

Na *Memória Paroquial* (1758), pode ler-se: «Tem Casa da Misericordia, q(ue) fica fora dos Muros da praça, e não sei q(ue) tenha privilegios mais, q(ue) os Comuns». Na resposta 11, diz «Não tem Hospital algum».

O ano apontado pela UMP (2015) é 1913, com certeza, o da refundação.

No compromisso de 1912, Artigo 2, nº 1, lê-se: «Mandar celebrar todos os anos desassete missas por alma da instituidora da santa casa da misericordia D. MARIA CONSTANÇA DE PAIVA e seu marido DIOGO DA SILVA. Este dever é santissimo».

Não se refere data da instituição e, igualmente, não se conhece o porquê de ser apenas a mulher a instituidora e ser tratada por D(ona) e seu marido não. Percebe-se que, certamente, por ser mulher, está sepultada no lado da Epístola, menos importante que o lado do Evangelho.

Pensando que as mulheres, nos inícios, tiveram papel activo e importante nas Misericórdias, como afirmam Sá (2001) e Sá e Paiva (2007), e estando D^a

Constança sepultada em lugar de honra na capela da Misericórdia, poder-se-á afirmar que a Irmandade e capela foram fundadas no século XVI.

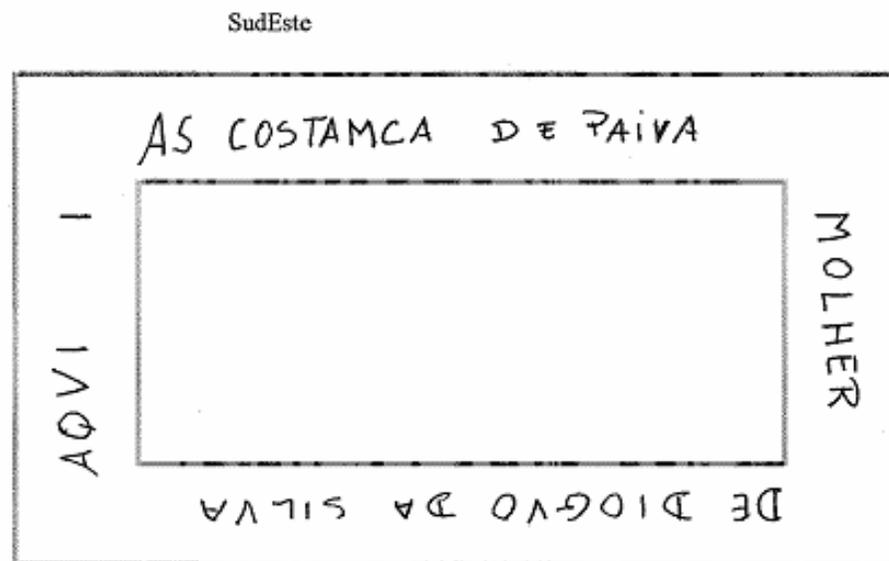


Figura 4. Tampa da sepultura de D^a Constança de Paiva, dentro da Capela da Misericórdia, pegada ao terraço do altar-mor, do lado da Epístola. Desenho do autor. 2015.

O cruzeiro, à esquerda da entrada, talvez mais recente que a capela, para além da inscrição «DON/ AFON/ SO PO/ S EST/ A CRU/ S.», tem gravado o ano de 1687.

Andrade (1988) escreve que, na Torre do Tombo, está um documento que refere um óbito em 22 de Abril de 1616: «faleceu da vida presente Catalina Luis; fez testamento; está enterrada na Misericórdia desta vila. Por verdade

assinei. P.e Fernando Remelhado» (1988, p. 115). Admitindo, como faz o autor, que a capela demorou uma dezenas de anos a construir, a Misericórdia de Segura terá sido fundada próximo de 1600.

2.12. Outras

Do concelho de Idanha-a-Nova, em resumo, não há qualquer referência de Irmandade da Santa Casa de Misericórdia para Aldeia de Santa Margarida, Monfortinho, Oledo e São Miguel de Acha. As *Memórias Paroquiais* (1758) dizem, na resposta 12, respectivamente: «Nada»; «9. Neste interrogatório, não há Ser Constancia das que se pedem. 12. O mesmo»; «Nam tem caza de Mizericordia»; e «Ao duodecimo Nada». Duvida-se que tenha havido em Penha Garcia e na Zebreira. Porém, é possível que estas tenham tido Irmandade da Misericórdia e que tenham funcionado numa capela, na igreja ou noutro local, não na posse da própria. Como não se construiu capela da Misericórdia, isto é, casa própria, terão desaparecido, facilmente, as suas referências.

No quadro resumo das Misericórdias de Portugal, para dar um exemplo de *esquecimento*, Goodolphim (1897) aponta um total de 215 Santas Casas da Misericórdia, sendo quatro na Madeira, nove nos Açores, 202 no Continente e 13 no Distrito de Castelo Branco. Muitas Irmandades o autor não conhece, ou não lhes faz referência, pois 13 no Distrito é fraco número. Só no Concelho de Idanha-a-Nova existem nove.

Quadro 1. Data da Fundação das Misericórdias.

Localidade	Ano de fundação	Ano de fundação na tradição local	Tem hospital	Imagens em 1758
Alcafozes	Anterior a 1741			São Marcos, São Lucas e Nossa Senhora
Idanha-a-Nova	1630	1530	Século XVIII	
Idanha-a-Velha	1708			
Ladoeiro	1581			
Medelim	1742			
Monfortinho	Não teve			
Monsanto	1581	1500		
Oledo	Não teve			
Penha Garcia	Não teve			
Proença-a-Velha	1618	1500	Século XVIII	
Rosmanihal	1582		(?) Século XVIII	
Salvaterra do Extremo	1586	1500	Século XVIII	
São Miguel de Acha	Não teve			
Segura	1600			
Zebreira	Não teve			

2.13. Apreciação geral

Para uma apreciação geral, apresentamos o quadro 1.

A primeira referência escrita, é exactamente isso, a primeira vez que alguém à Misericórdia se refere por escrito. Só por muita sorte, ou elevada importância, este documento corresponderá ao ano da sua fundação. A tradição oral local recolhida em Salvaterra, Proença, Monsanto e mesmo Idanha-a-Nova diz que

a sua Misericórdia foi construída em 1500, logo acrescentando «dois anos após Lisboa, a primeira». Analisando a cultura (popular) portuguesa e a simbologia dos números, é possível perceber o porquê do ano 1500, para além de ser «logo dois anos depois da primeira», o que lhe confere um elevado grau de importância, pois só é ultrapassada por Lisboa, a capital do império.

O número 1500, desde logo, é um número redondo, dando os dois zeros finais a ideia de imensidade, profundidade e de infinito. Os dois zeros, juntos e deitados são um oito, o símbolo do infinito.

Em segundo lugar, $1500 = 30 \times 50 = 3 \times 5 \times 100$. Temos os números 3, 5 e 100, ou 10. O número três é, universalmente, um número fundamental, escreve Carvalho (2003). É o acabamento da manifestação. Para os cristãos, significa a unidade divina: Deus um só em três pessoas, a Santíssima Trindade. Sendo o número fim da série numérica primitiva (um, dois, três), o três é, assim, a expressão perfeita, ou seja, a totalidade pura e simples. Três é um número perfeito: «três é o número que Deus fez»; é a expressão perfeita, é o acabamento. Por isso, continua o autor, se compreende que seja «tirar os três» e não os quatro ou os quarenta e três. Três é o número base, a pedra angular, sobre o qual repousa o templo, a construção final.

Cinco é a soma do primeiro número par (2) e do primeiro ímpar (3). Diz Carvalho (2003), que o número 5 é sinal da união, do centro, da harmonia e do equilíbrio. É símbolo do homem e do universo, porquanto, de braços abertos, são cinco as direcções. Sendo cinco os sentidos, o número cinco representa a totalidade do mundo sensível.

Os múltiplos de 10, principalmente os com muitos zeros, diz Carvalho (2003), simbolizam a plenitude, a fertilidade e a abundância, um pouco como significará o próprio 10. Quanto ao 100, especificamente, continua o autor, é o número da plenitude, representando a eternidade e a perfeição.

Em resumo, 1500 pode significar, em termos da simbologia dos números, a pedra angular, a base, da harmonia universal e da perfeição eternas.

Observando, com olhos de leigo, as capelas da Misericórdia do Concelho de Idanha-a-Nova, salta à vista que as capelas de Idanha-a-Velha, Ladoeiro, Medelim, Monsanto, Rosmaninhal, Salvaterra do Extremo, mais estas cinco que a primeira, são de construção mais leve, de maior claridade, enquanto que as capelas de Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha e Segura são de construção mais pesada, mais fechada. Pensando que, nas diversas reconstruções ou reparações não foi alterada a traça original, seriam estas as Capelas da Misericórdia mais velhas, dos primeiros anos de 1500; as restantes seriam mais novas, datando do pós-1550, pois sabemos que a Capela da Misericórdia do Ladoeiro, foi construída entre 1581 e 1590.

Conclusão

As provas apresentadas para as Capelas da Misericórdia de Idanha-a-Nova e Idanha-a-Velha parecem-nos esclarecedoras não só da importância dos judeus/cristãos-novos na fundação e continuidade das Misericórdias do Concelho, como do seu papel fomentador e empenhado, ainda que

despercebido, em virtude da proibição legal de fazerem parte das Irmandades da Misericórdia e do facto de estarem sujeitos a qualquer penalização.

Creemos que as capelas da Misericórdia, logo, as Irmandades da Misericórdia, mais antigas serão as de Idanha-a-Nova, Proença-a-Velha e Segura. A única capela de que temos data, aproximada, é a do Ladoeiro, construída de 1581 a 1590.

A este propósito, causa perplexidade que todos os párocos, em 1758, escrevam que a Irmandade é muito antiga e já não se sabe quando foi a sua fundação. Como escrevemos, para o caso de Alcafozes e de Medelim, o pároco não poderia considerar muito antiga uma Misericórdia com uma vintena de anos! E se os párocos, num acto, consciente ou inconsciente, colectivo escrevessem «muito antigo» para evitar investigações e represálias por não ter sido solicitada a autorização régia aquando da sua fundação?

Fontes manuscritas

(1758). Memórias Paroquiais.

Referências bibliográficas

AaVv (1975). Bíblia Sagrada. Lisboa: Livraria Figueirinhas.

AaVv (1984). Zoar. O Livro do Esplendor. Lisboa: Edições 70.

Andrade, Mário Marques (1988). Subsídios para uma Monografia de Segura. Tomar: Edição do Autor.

Araújo, Maria Marta Lobo de e Paiva, José Pedro (2007). Introdução. Em José Pedro Paiva (Org.). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 6. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 7-30.

Carvalho, António Maria Romeiro (2003). Os Números na Tradição e Cultura Mediterrânica. *História*, 62, 52-57.

Carvalho, António Maria Romeiro (2008). Aldeia e Espaço Rural. Como Ocupa e Explica o Rural o Seu Espaço. Tese de Doutoramento Original. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Carvalho, António Maria Romeiro (2015). Ladoeiro. Páginas de Uma História. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Chevalier, Jean e Cheebrant, Alain (1982). Dicionário dos Símbolos. Lisboa: Teorema

Costa, António Carvalho da (1708). Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal, Vol. 2. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes.

Cristóvão, José (2008). A Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha. Guia para uma Visita. Idanha-a-Nova; Câmara Municipal.

Garcia, Maria Antonieta (1996). Denúncias em Nome da Fé – Perseguição aos judeus no distrito da Guarda de 1607 a 1625. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa.

Geraldes, João Adolfo (2004). Mitos e Ritos da Paixão. A Quaresma, a Semana Santa e a Misericórdia de Proença-a-Velha. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Goodolphim, Costa (1897). As Misericórdias. Lisboa: Imprensa Nacional.

Oliveira, Catarina (2004). A Igreja da Misericórdia de Salvaterra do Extremo. Em <http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/336301>, em 23 de Julho de 2015.

Paiva, José Pedro (2006). (Org.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 5. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Paiva, José Pedro (2007). (Org.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 6. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

Pinho, Joana Maria Balsa Carvalho de (2012). As Casas da Misericórdia: Confrarias da Misericórdia e a Arquitectura Quinhentista Portuguesa. Tese Original de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras.

Rodrigues, Ramiro de Oliveira e Moreira, José Manuel dos Reis Vermelho (2013). Salvaterra do Extremo. A Terra que Nos Viu Nascer. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.

Sá, Isabel dos Guimarães (2001). Misericórdias. Em (Org.) Carlos Moreira Azevedo. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Pp. 200-202.

Sá, Isabel dos Guimarães (2002). As Misericórdias da Fundação à União Dinástica. Em José Pedro Paiva (Org.). *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 19-41.

Salvado, Maria Adelaide Neto (2002). A Misericórdia de Medelim: Apointamentos e Lembranças para a Sua História. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.

Salvado, Maria Adelaide Neto (2001). Elementos para a História da Misericórdia de Monsanto. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.

Santo, Moisés Espírito. Informações por correio electrónico, Setembro 2015.

União das Misericórdias Portuguesas (2015). Quem Somos nas Misericórdias. Em http://www.ump.pt/files/files/AF_ONLINE_v2.pdf, em 5 de Outubro de 2015.